

Ata da Assembléia Ordinária da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE TEATRO DO RIO DE JANEIRO – 27 de junho de 2005

Após devida divulgação aos associados via endereço eletrônico conforme previsto no estatuto, reuniram-se na Sala Marília Pêra, do Teatro Leblon, em assembléia ordinária, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco Thereza Teler, Roberto Cobas, Fernando do Val, Carla Nascimento de Souza Barata, Eduardo de Souza Barata, Gabriel Fontes Paiva, João Ricardo de Toledo, Sandro Chaim, Luis Fernando Libonati Coelho, Bianca De Felippes, Norma Thiré, Marcus Montenegro, Gilson Mato Grosso, Cristiana Lara Resende, Janice Gouveia, Jorge Gouveia, Marcos J. O. Guimarães, Lílian Bertin, Beth Goulart, Ecila Muzerbecher, Alessandra Reis, Demetrio Nicolau, Eduardo Sandroni, Celso Lemos, Pedro Osório, Ana Roque, Andréa Alves, Ana Luisa Soares da Silva, Vera Setta, Max Haus, Marwan Nicolas Assad, Luiz Fernando Lobo, Tuca Moraes, Érica Ciarlini. Procurações de representação apresentadas de Monique Gardenberg, Marieta Severo, Andréa Beltrão, Fernanda Signorini, Marco Nanini, Maria Padilha, Guilherme Leme e Renata Sorrah.

Em terceira e última convocação a reunião teve início às vinte e uma horas, Norma Thiré convidou aos novos participantes que fizessem suas apresentações e seguiu a seguinte ordem da pauta:

- I. Relatório das atividades do Colegiado no segundo ano da APTR;
- II. A contribuição social para o terceiro ano;
- III. Eleição do novo Colegiado;
- IV. Ações para o terceiro ano.

Norma e Eduardo Barata, membros do Colegiado, tomaram a palavra e iniciaram o primeiro assunto da pauta. Fizeram um histórico desde a primeira reunião entre cinco representantes da APTR e a SECOM na qual o Sr. Jafete Abrahão solicitou a indicação de projetos com dificuldades de captação, passou para a segunda reunião à qual apresentaram, em nome da associação o Programa Emergencial de Apoio ao Teatro do Rio de Janeiro, explicando a impossibilidade de indicação de

Ata da Assembléia Ordinária da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE TEATRO DO RIO DE JANEIRO – 27 de junho de 2005

projetos pelo caráter da entidade e frisando que o citado programa focaliza os editais de empresas estatais de forma democrática e abrangente. Nada de concreto foi efetivamente formalizado, mas estão abertos a propostas, inclusive para patrocínios diretos de verbas de publicidade da própria SECOM, cerca de 19 milhões, que demandam um mecanismo de viabilizar esse montante através de uma entidade. O Colegiado da APTR considerou ser esse um perigoso caminho político. Outrossim, o cenário político atual não favorece o fechamento de acordos por parte de qualquer órgão vinculado ao governo federal.

As ações junto ao Senado Federal foram relatadas pelo próprio Eduardo desde a participação do Secretário Executivo, Julio Linhares, em reunião com o Colegiado a estreitamentos de relações com o Senado Federal através de presenças no Ato Público e Audiência Pública, na qual foi solicitada a inserção do tema Teatro numa Subcomissão da casa; no evento da votação para a inserção do mesmo e na instalação da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, quando a entidade apresentou uma pauta de discussões que inclui a criação de uma lei de incentivo fiscal específica para o segmento teatro com dotação orçamentária própria, assim como a de uma agência reguladora do setor a exemplo da ANCINE para o cinema. No momento cabe à classe teatral e a APTR encaminhar propostas para nova pauta de discussões.

A Lei Rouanet Eduardo Barata relatou encontro com Sérgio Mamberti, que falou da necessidade dos produtores de teatro repensarem num outro mecanismo de incentivo, juntamente com o MinC.

Bianca De Felippes fez um pequeno histórico das negociações com o ECAD. Informou que eles não fazem idéia de como funciona a economia do teatro, até porque antigamente era a SBAT quem cobrava os direitos autorais de execuções musicais nos espetáculos e, com o fim do convênio entre ambas, acreditavam que o sistema de cobrança deveria seguir o modelo de shows musicais, onde o foco é a música em si, diferente do teatro cujo foco principal é o texto e contexto. Dessa forma um grupo de trabalho tem participado de reuniões com o escritório de arrecadação a fim de formalizar um convênio para os associados, no qual buscam

**Ata da Assembléia Ordinária da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE
TEATRO DO RIO DE JANEIRO – 27 de junho de 2005**

fechar um percentual de cobrança em 5% (cinco por cento) para espetáculos de Ballet ou Ópera, e no caso do Teatro está sendo pensado 7,5% (sete e meio por cento) com proporção de utilização de música no contexto da montagem, ou seja, na eventualidade de uma montagem utilizar cerca de 15% (quinze por cento) de música em relação ao texto será cobrado 15% de 7,5%, além de tratar da questão dos ingressos obrigatórios para convidados e patrocinadores, que poderão ter o teto de 7,5% (sete e meio por cento) se considerados como cadeiras cativas e demonstrados nos borderôs.

Andréa Alves informou que as Câmaras Setoriais foi uma proposta do governo no sentido de organizar os segmentos culturais com representantes de cada um para discutir e estudar problemas e encontrar soluções para a atividade teatral, o representante do estado do Rio de Janeiro é Antonio Carlos Bernardes e a própria é a representante do segmento produção. A princípio o MinC considerava as Câmaras Setoriais como braço consultivo e hoje possui uma função mais deliberativa. A participação nas vídeo-conferências teve como principal ponto positivo o contato com as demais regiões do país, uma oportunidade de conhecer a realidade de cada uma delas e suas formas de produção. Paralelamente à Câmara Setorial do Teatro do Rio de Janeiro, foi criado um colegiado de doze entidades participantes que busca discutir os assuntos comuns entre si na intenção de formatar a criação de uma política do estado. Andréa também falou do abaixo assinado que está circulando em território nacional, do movimento de mobilização nacional em prol da cultura brasileira no dia 26 (vinte e seis) do próximo mês, no qual a Cooperativa Paulista de Teatro está organizando a ida à Brasília de representantes das artes cênicas. O abaixo assinado pede o descontingenciamento da verba da Cultura e o aumento do percentual da dotação orçamentária, que atualmente corresponde a 0,34% (trinta e quatro por cento), para 2% (dois por cento). Eduardo Barata falou da necessidade de se ficar atento quanto à utilização da verba do descontingenciamento, além da proveniente do aumento da dotação orçamentária, a fim da classe não ser manipulada, segundo ele é necessário pensar melhor.

**Ata da Assembléia Ordinária da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE
TEATRO DO RIO DE JANEIRO – 27 de junho de 2005**

Bianca De Felippes informou que após a união com demais segmentos da cultura a fim de solucionar problemas pertinentes à questão da meia entrada, o Deputado Federal Eduardo Paes (PSDB-RJ) entrou com um projeto de lei que regulamenta a limitação de 30% (trinta por cento) a concessão de 50% (cinquenta por cento) de desconto aos estudantes do território nacional, sendo que o benefício da meia-entrada só será concedida aos estudantes que comprovarem sua condição de discente, mediante apresentação, no momento da aquisição do ingresso, e na portaria, quando adentrarem no local da realização do evento, da Carteira de Identidade Estudantil válida, expedida, exclusivamente, pela União Nacional dos Estudantes – UNE e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES. Outrossim o benefício não se aplicará aos ingressos relativos às áreas VIP's, camarotes e cadeiras especiais. Ficando em descoberto a questão da meia-entrada dos idosos, que possuem uma legislação federal em forma de estatuto, nesse caso se faz necessário uma entidade que tenha representatividade em nove estados da união para entrar com processo de regulamentação à concessão de descontos para os idosos.

Entrando no segundo item da pauta, Norma Thiré informou que, de acordo com o estatuto da APTR, chegou o momento da renovação da taxa de contribuição social para as atividades do terceiro ano de existência. Nesse ano as taxas ficaram estabelecidas da seguinte forma: a) primeira opção é o pagamento em cota única no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) e b) segunda opção é o pagamento de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) em quatro parcelas de R\$ 90,00 (noventa reais) em cheques pré-datados. A importância das contribuições deve-se à continuidade das ações iniciadas e a serem iniciadas nesse novo ano. A renovação deve ser efetuada na sede da APTR para atualização de cadastro dos associados.

Em seguida, o terceiro item da pauta foi o momento da eleição do novo Colegiado para as atividades do terceiro ano, foi questionado aos presentes se havia mais alguma chapa a se candidatar. Como não houve nenhuma outra candidatura, o

Ata da Assembléia Ordinária da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE TEATRO DO RIO DE JANEIRO – 27 de junho de 2005

Colegiado apresentou os nomes de composição da sua chapa: Andréa Alves, Beth Goulart, Bianca De Felippes, Cristiana Lara Resende, Demetrio Nicolau, Dudu Sandroni, Ecila Mutzerbecher, Eduardo Barata, Fernando Libonati, Flávio Marinho, Guilherme Leme, Marco Nanini, Nilson Raman, Norma Thiré e Renata Sorrah - para o Colegiado, e Ana Luisa Lima, Fernanda Signorini, Marcus Montenegro e Thereza Teler - para o Conselho Fiscal. Os presentes aclamaram a nova composição e foi definida a permanência dos cargos de Secretário Geral a Eduardo Barata, Tesoureira a Norma Thiré e Suplente a Andréa Alves, sendo assim a composição descrita em detalhes:

COLEGIADO

- 1) Andréa Ribeiro Alves – ***Suplente***
- 2) Elizabeth Miessa
- 3) Bianca De Felippes Oliveira
- 4) Cristiana Lara Resende
- 5) Demetrio Nicolau
- 6) Eduardo Sandroni
- 7) Ecila Vidal Mutzenbecher
- 8) Eduardo de Souza Barata – ***Secretário Geral***
- 9) Luis Fernando Libonati Coelho
- 10) Flávio Marinho
- 11) Guilherme Leme Marcos Garcia
- 12) Marco Antonio Barroso Nanini
- 13) Nilson Luiz Raman Pereira
- 14) Norma Maria Josefina Pesce Thiré – ***Tesoureira***
- 15) Renata Leonardo Pereira Sochaczewski

CONSELHO FISCAL

- 1) Ana Luisa Soares da Silva
- 2) Fernanda Signorini

**Ata da Assembléia Ordinária da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE
TEATRO DO RIO DE JANEIRO – 27 de junho de 2005**

- 3) Marcus Vinicius Menezes Montenegro
- 4) Maria Terezinha Fonseca – *Suplente*

Em continuidade à pauta o quarto e último assunto do dia, o Colegiado informou que o foco principal das atividades nesse terceiro ano será o fomento e o prosseguimento às questões iniciadas nos anos anteriores. Para o andamento das ações anteriormente iniciadas e as novas Ana Luisa Lima falou da necessidade da participação de todos os associados, da volta dos grupos de trabalhos voluntários, justificando que o Colegiado fica sobrecarregado de ações, não sobrando tempo para tanto trabalho. Foi formado um grupo de trabalho para as questões do ISS a nível municipal formado pelos voluntários Janice Gouveia e Luiz Fernando Lobo e os representantes do Colegiado Dudu Sandroni e Marcus Montenegro; Celso Lemos e Ana Luisa Lima para política unificada de fornecedores; e Luiz Fernando Lobo, Vera Setta, Roberto Cobas e Alessandra Reis na organização de um seminário.

Nesses termos, a redatora responsável encerra a presente ata.

Simone Recchia da Eira Duarte
Secretária da APTR.